



## Comissão de Trabalho e Segurança Social

### ATA NÚMERO 100/XIV/3.<sup>a</sup> SL

Aos 29 dias do mês de setembro de 2021, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na Sala 4 do Palácio de São Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Apreciação e votação da ata da reunião n.º 99 de 15 de setembro de 2021;**
2. **Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**
3. **Deliberação sobre a admissão e designação de relator, se necessário, para as seguintes petições:**

- **Petição n.º 286/XIV/2.<sup>a</sup>**, da iniciativa de Nídia Fernandes Campeão e outros (17 assinaturas) - «Actualizações salariais (Salário Mínimo Nacional) Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT) aplicável»;  
Deputado relator: Grupo Parlamentar do PS;

- **Petição n.º 287/XIV/2.<sup>a</sup>**, da iniciativa de Nídia Fernandes Campeão e outros (5 assinaturas) - «Pela revisão da Lei de Terceirização ou "outsourcing"»;  
Deputado relator: Grupo Parlamentar do PSD;

- **Petição n.º 289/XIV/2.<sup>a</sup>**, da iniciativa de Pedro Alves e outros (6 assinaturas) - «Apoio aos voluntários (período de férias)»;  
Deputado relator: Grupo Parlamentar do BE;

4. **Discussão e votação do Relatório de Atividades da 2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa;**
5. **Reflexão sobre o Plano de Atividades para a 3.<sup>a</sup> Sessão Legislativa;**
6. **Outros assuntos.**

---

O Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), Deputado Pedro Roque (PSD), deu início aos trabalhos, cumprimentando as Senhoras e os Senhores Deputados presentes na sala e os que participavam na reunião por via eletrónica, e entrando-se de seguida na apreciação da Ordem do Dia, nos seguintes termos:

1. **Apreciação e votação da ata da reunião n.º 99 de 15 de setembro de 2021;**

A ata em epígrafe foi aprovada por unanimidade.



## Comissão de Trabalho e Segurança Social

### ATA NÚMERO 100/XIV/3.ª SL

#### 2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;

O Senhor Presidente deu conta que haviam baixado à Comissão para apreciação na generalidade sobre matéria idêntica ou conexas o Projeto de Lei n.º 927/XIV/2.ª (BE) - «Alarga o período de faltas justificadas por motivo de falecimento de cônjuge, parente ou afim (17.ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro)» e o Projeto de Lei n.º 949/XIV/3.ª (Deputada Não Inscrita Joacine Katar Moreira) - «Pelo alargamento do período de faltas justificadas por falecimento de cônjuge, parente ou afim ou perda gestacional (17.ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro)». Foi decidido que estas iniciativas, e outras que ainda pudessem dar entrada sobre o mesmo assunto, fossem apreciadas em conjunto com o Projeto de Lei n.º 926/XIV/2.ª (PAN), já distribuído na reunião da pretérita semana, sendo designada como relatora a Senhora Deputada Sandra Pereira (PSD).

Por outro lado, foi comunicado que se encontravam igualmente em apreciação na generalidade o Projeto de Lei n.º 938/XIV/3.ª (PCP) - «Altera o regime do despedimento coletivo e do despedimento por extinção do posto de trabalho e revoga o despedimento por inadaptação, reforçando os direitos dos trabalhadores (17.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro que aprova o Código do Trabalho)», para o qual foi indicado como relator o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), sem embargo de eventuais acertos que se revelassem necessários em função da aplicação do Método de Hondt; o Projeto de Lei n.º 939/XIV/3.ª (PCP) - «Reduz para 35 horas o limite máximo do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores (17.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)», o Projeto de Lei n.º 940/XIV/3.ª (PCP) - «Reforça os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho noturno e por turnos» e o Projeto de Lei n.º 941/XIV/3.ª (PCP) - «Repõe o princípio do tratamento mais favorável do trabalhador, elimina a caducidade da contratação coletiva e regula a sucessão de convenções coletivas de trabalho (17.ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro)», comprometendo-se o Grupo Parlamentar (GP) do PS a nomear os respetivos relatores em momento posterior; e ainda o Projeto de Lei n.º 948/XIV/3.ª (BE) - «Alarga e garante a atribuição da licença parental inicial igualitária



## Comissão de Trabalho e Segurança Social

### ATA NÚMERO 100/XIV/3.<sup>a</sup> SL

em termos de género, às famílias monoparentais e por via da adoção, alarga a licença inicial exclusiva do pai e a dispensa para amamentação, aleitação e acompanhamento da criança», este com competência conexa da 13.<sup>a</sup> Comissão, e que foi atribuído à Senhor Deputada Ofélia Ramos (PSD), a quem já cabia elaborar o parecer do Projeto de Lei n.º 841/XIV/2.<sup>a</sup> (PAN), sobre temática semelhante, estando a discussão na generalidade de ambos agendada para a reunião plenária de sexta-feira, 8 de outubro de 2021.

Foi ainda deliberado submeter este rol de iniciativas a consulta pública pelo prazo de 30 dias, com exceção do Projeto de Lei n.º 927/XIV/2.<sup>a</sup> (BE), cuja apreciação pública já havia sido promovida.

Adicionalmente, o Senhor Presidente informou que tinha sido conferida competência em conexão à CTSS para a apreciação na generalidade do Projeto de Lei n.º 950/XIV/3.<sup>a</sup> (PCP) - «Consagra o complemento vitalício de pensão e a pensão mínima de dignidade para os antigos combatentes», cabendo a competência principal à Comissão de Defesa Nacional.

Por outro lado, foi transmitido que haviam dado entrada na Comissão o Projeto de Resolução n.º 1445/XIV/2.<sup>a</sup> (PCP) - «Aumento do salário mínimo nacional», cuja discussão estava já agendada para a sessão plenária do dia seguinte, quinta-feira, 30 de setembro, o Projeto de Resolução n.º 1449/XIV/3.<sup>a</sup> (Deputada Não Inscrita Joacine Katar Moreira) - «Por um salário mínimo nacional dignificante no valor de 900 euros» e o Projeto de Resolução n.º 1451/XIV/3.<sup>a</sup> (PAN) - «Recomenda ao Governo que desenvolva e implemente uma Estratégia Nacional integrada de combate à solidão enquanto eixo estratégico de saúde pública», este último apenas em conexão, já que a competência primacial cabia à Comissão de Saúde.

### **3. Deliberação sobre a admissão e designação de relator, se necessário, para as seguintes petições:**

- Petição n.º 286/XIV/2.<sup>a</sup>, da iniciativa de Nídia Fernandes Campeão e outros (17 assinaturas) - «Actualizações salariais (Salário Mínimo Nacional) Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT) aplicável»;  
Deputado relator: Grupo Parlamentar do PS;



## Comissão de Trabalho e Segurança Social

### ATA NÚMERO 100/XIV/3.ª SL

- **Petição n.º 287/XIV/2.ª**, da iniciativa de Nídia Fernandes Campeão e outros (5 assinaturas) - «Pela revisão da Lei de Terceirização ou "outsourcing"»;  
Deputado relator: Grupo Parlamentar do PSD;

- **Petição n.º 289/XIV/2.ª**, da iniciativa de Pedro Alves e outros (6 assinaturas) - «Apoio aos voluntários (período de férias)»;  
Deputado relator: Grupo Parlamentar do BE;

Todas as petições foram admitidas por unanimidade, decidindo-se ainda não proceder à designação de relator, nos termos e ao abrigo do n.º 5 do artigo 17.º da Lei do Exercício do Direito de Petição (LEDP), já que, pelo menos por agora, nenhuma delas era subscrita por mais de 100 (cem) peticionários.

#### **4. Discussão e votação do Relatório de Atividades da 2.ª Sessão Legislativa;**

O documento foi aprovado por unanimidade nos termos propostos.

#### **5. Reflexão sobre o Plano de Atividades para a 3.ª Sessão Legislativa;**

O Senhor Presidente deu nota que a proposta de Plano de Atividades (PA) distribuída refletia em suma o que havia ficado por concretizar nas Sessões Legislativas (SL) anteriores em virtude da crise pandémica, com um aditamento aventado pelo GP do PSD, que consistia numa deslocação à Região Autónoma dos Açores (RAM) e/ou à Região Autónoma Madeira (RAM), com o intuito de reunir com as instituições particulares de solidariedade social (IPSS), bem como com as associações empresariais das RA, no sentido de perceber o impacto da doença Covid-19. A este respeito, aproveitou desde logo para sugerir que pudessem de igual modo ser levadas a cabo reuniões com as entidades sindicais regionais, à semelhança do que sucedera na Legislatura anterior, o que não mereceu a oposição de nenhum dos presentes.

No uso da palavra, o Senhor Deputado Nuno Sá (PS) concordou com a concretização do que ficara por executar dos planos anteriores e bem assim com a adenda do GP do PSD, colocando à consideração que essas reuniões presenciais pudessem ter igualmente lugar com as 5 (cinco) regiões do Continente, representadas pelas correspondentes Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), solicitando o Senhor Presidente que esta sugestão pudesse ser formulada por escrito e circulada por todos.



## **Comissão de Trabalho e Segurança Social**

### **ATA NÚMERO 100/XIV/3.ª SL**

Também a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) anuiu com o que vinha a ser discutido, recordando que a deslocação prevista ao distrito de Aveiro, que já constava do PA da 1.ª SL poderia ser conjugada com a eventual visita, mais abrangente, à Região Centro. Concordou igualmente com a continuação do debate na reunião subsequente, depois da formalização das propostas pelos diferentes GP.

Por sua vez, a Senhora Deputada Helga Correia (PSD) explanou que a proposta de deslocação às RAM tinha por base as dificuldades logísticas inerentes à preparação dessas reuniões, não ocorrendo o mesmo com os órgãos continentais, com quem mais facilmente se poderia reunir em audição ou, a pedido dos próprios, em audiência, não se opondo ao alargamento proposto pelo GP do PS. Declarou ainda que, pelos mesmos motivos, compreendia que apenas se pudesse agendar uma das visitas às RA nesta SL, cumprindo-se a outra na 4.ª SL.

#### **6. Outros assuntos.**

##### **1) Indicação de dois Deputados da Comissão na delegação que participará no IX Fórum Parlamentar Luso-Espanhol | Madrid | 3 e 4 de outubro de 2021;**

No derradeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente começou por divulgar o convite recebido, através do Gabinete do Senhor Presidente da Assembleia da República (GABPAR), para participação de dois representantes da Comissão no supracitado Fórum, lembrando a prática habitual de serem os dois GP mais representativos a indicarem um elemento cada um. Não se registando nenhuma oposição, foi confirmada a presença do Senhor Presidente, Deputado Pedro Roque (PSD) e do Senhor Vice-Presidente da CTSS, Deputado Nuno Sá (PS), em representação da CTSS.

##### **2) Calendário das audições regimentais da 3.ª Sessão Legislativa e agendamento da audição em falta;**

A este propósito, foi validada a proposta de calendário recebida via Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares (SEAP), com as seguintes datas para as audições regimentais da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social



## Comissão de Trabalho e Segurança Social

### ATA NÚMERO 100/XIV/3.ª SL

(MTSSS): a primeira no âmbito da apreciação na especialidade do Orçamento do Estado para 2022 (OE 2022), em dia e hora ainda a designar e as demais a 26 de janeiro, 23 de março e 18 de maio de 2022, todas às 10h de quarta-feira.

Não obstante, o Senhor Presidente notou que a Comissão continuava a pugnar pela realização da audição regimental ainda em falta desde a 1.ª SL, tendo recebido entretanto da SEAP a menção da indisponibilidade da Senhora MTSSS para a sua consumação antes da votação final global (VFG) do OE 2022, que previsivelmente teria lugar a 25 de novembro. Assim sendo, e atendendo às demais datas que tinham acabado de ser ratificadas, ficou decidido reiterar junto da SEAP a importância da concretização desta audição até ao final do ano, no mês de dezembro, preferencialmente na manhã de uma quarta-feira.

**3) Convite da Associação Nacional de Cuidadores Informais para o 3.º Encontro Nacional de Cuidadores Informais, na sexta-feira, 5 de novembro (presencial ou online), com eventual participação de um Deputado por GP no painel IV - Comissão de Trabalho e Segurança Social: Estatuto do Cuidador Informal, que previsivelmente decorrerá entre as 16h30 e as 17h.**

Neste âmbito, foi dado conhecimento do convite formulado pela Associação Nacional de Cuidadores Informais (ANCI) tendo em vista o 3.º Encontro Nacional de Cuidadores Informais, tal como descrito em cima. O Senhor Presidente demandou que cada GP manifestasse a sua preferência com a brevidade possível, a fim de ser possível remeter uma resposta única à entidade promotora.

4) Foi então concedida a palavra ao Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), que aproveitou para requisitar um ponto de situação sobre os diferentes processos legislativos pendentes na Comissão, para além do referente ao teletrabalho, que se encontrava em análise no respetivo Grupo de Trabalho (GT), já com propostas de alteração e substituição apresentadas.

Posto isto, fez referência ao Projeto de Lei n.º 839/XIV/2.ª (BE) - «Reforça os mecanismos de combate ao trabalho forçado e a outras formas de exploração laboral, responsabilizando diretamente toda a cadeia de subcontratação e as empresas



## Comissão de Trabalho e Segurança Social

### ATA NÚMERO 100/XIV/3.ª SL

utilizadoras, bem como gerentes, administradores e diretores», que baixara sem votação à Comissão até finais de julho, juntamente com o Projeto de Lei n.º 847/XIV/2.ª (PCP) - «Confere natureza de título executivo às decisões condenatórias da ACT e altera o regime processual aplicável às contraordenações laborais e de segurança social, procedendo à 3.ª alteração à Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro», lembrando que já havia sido aprovado um conjunto de audições neste contexto, que contudo não tinham chegado a ser cumpridas na SL anterior, exortando a que a se fixasse de forma definitiva a metodologia a adotar, com ou sem a constituição de GT.

A propósito das matérias relativas à parentalidade, foi recordado pela Senhora Deputada Helga Correia (PSD) que havia sido decidido na SL anterior, por impulso dos GP menos representativos, que o GT – Parentalidade (GT-P) só iniciaria a sua atividade após a conclusão dos trabalhos do GT-TT.

Já o Senhor Deputado Nuno Sá (PS) confirmou que o GT-TT agendaria em breve uma reunião para calendarização dos trabalhos.

Por seu turno, a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) considerou que estes tópicos poderiam ser decididos na reunião da semana seguinte, apelando a que fosse incluído de forma expressa um ponto específico na Ordem do Dia dedicado a estes temas e não deixando de aludir ao Projeto de Lei n.º 525/XIV/2.ª (PCP) - «Combate a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores (16.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)», que também aguardava a sua discussão e votação na especialidade em Comissão.

Quanto à parentalidade, lembrou que na altura manifestara a sua dificuldade, mas não impossibilidade, de acompanhar o funcionamento simultâneo de vários GT, acrescentando que havia sido decidido aguardar pelo debate em Plenário da Petição n.º 129/XIV/2.ª (Ângela Maria Oliveira Galvão e outros) - «Covid19 - Alargamento Licença Maternidade para 1 ano a 100%», e pelas iniciativas que esta naturalmente arrastaria, antes de iniciar os trabalhos do GT-P, entendimento corroborado pelo Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), que exemplificou com o Projeto de Lei n.º 948/XIV/3.ª (BE), distribuído nesta mesma reunião, e que seria debatido em conjunto com a referida

## Comissão de Trabalho e Segurança Social

### ATA NÚMERO 100/XIV/3.<sup>a</sup> SL

petição na sessão plenária de sexta-feira, 8 de outubro. Afirmou ainda a sua disponibilidade para participar em dois GT em simultâneo.

Por último, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) solicitou o elenco das audições por realizar, sendo esclarecido que aguardavam ainda agendamento as seguintes audições: Presidente do Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP), em conjunto com a 12.<sup>a</sup> Comissão (requerimento do GP do BE), sobre a regulamentação da Lei n.º 20/2019, de 22 de fevereiro, que «Reforça a proteção dos animais utilizados em circos»; Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital (requerimentos do GP do PSD e do GP do BE), em conjunto com a 6.<sup>a</sup> e a 11.<sup>a</sup> Comissões, sobre a situação da refinaria da GALP em Matosinhos; e a audição da ACREDITAR – Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro (requerimento do GP do PSD), na sequência da petição que visa alterar o regime legal do luto parental e que ainda não dera entrada no Parlamento.

Destarte, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) renovou a intenção de ouvir o Senhor Secretário de Estado Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional (SEATFP), Miguel Cabrita, sobre o Projeto de Lei n.º 649/XIV/2.<sup>a</sup> (BE) - «Reconhece e regulamenta o estatuto profissional da animação sociocultural», confirmando o Senhor Presidente que se faria nova insistência nesse sentido, até porque a Comissão não tinha recebido o estudo de proporcionalidade sobre a regulamentação desta profissão anteriormente requerido.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 6 de outubro de 2021.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



Pedro Roque





## Comissão de Trabalho e Segurança Social

### ATA NÚMERO 100/XIV/3.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Cristina Mendes Da Silva (PS)  
Cristina Sousa (PS)  
Eduardo Barroco De Melo (PS)  
Fernando José (PS)  
Luís Soares (PS)  
Marta Freitas (PS)  
Nuno Sá (PS)  
Rita Borges Madeira (PS)  
Sílvia Torres (PS)  
Carla Barros (PSD)  
Clara Marques Mendes (PSD)  
Helga Correia (PSD)  
Lina Lopes (PSD)  
Maria Germana Rocha (PSD)  
Ofélia Ramos (PSD)  
Olga Silvestre (PSD)  
Pedro Roque (PSD)  
José Moura Soeiro (BE)  
Diana Ferreira (PCP)  
Pedro Morais Soares (CDS-PP)  
Lúcia Araújo Silva (PS)  
Mara Coelho (PS)  
Martina Jesus (PS)  
Carla Madureira (PSD)  
Eduardo Teixeira (PSD)  
Fernanda Velez (PSD)  
Firmino Marques (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Tiago Barbosa Ribeiro (PS)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Pires (BE)